

NARRATIVAS DO ENTRE-LUGAR: POLÍTICAS CURRICULARES LOCALIZADAS

Jorge Luis Umbelino de Sousa⁷⁵
Ana Cláudia da Silva Rodrigues⁷⁶
Ângela Cristina Alves Albino⁷⁷

INTRODUÇÃO

A pesquisa se propõe a analisar narrativas autobiográficas dos atores curriculantes em cenários da política curricular expressa por burocracias localizadas nas secretarias municipais de ensino do Estado da Paraíba. Para tanto, desenvolve-se um recorte dos 223 municípios que integram o Estado, selecionando-se aqueles que apresentam um trabalho de operacionalização da “implementação” da Proposta Curricular do Estado da Paraíba, em vias de alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O propósito é tecer, junto aos enunciadores de histórias curriculares, tanto no contexto de redes e sistemas de ensino municipais, como na micropolítica que se desenvolve no arcabouço da instituição escolar.

As políticas curriculares, portanto, na busca por sua centralização, homogeneidade e defesa de um caminho que parece ser continuum e não nas curvas que o próprio trabalho pedagógico emerge diante dos episódios curriculares, têm sido lidas, interpretadas e recontextualizadas pelos municípios paraibanos como uma adoção da Proposta Curricular da Paraíba, definindo-se que o “documento curricular oficial” seja esse.

Por isso, assume-se a noção de políticas curriculares localizadas, entendidas como expressão das burocracias que os Municípios impõem aos professores como resultado da promulgação de currículos considerados oficiais pelo Estado. Na esteira dessas histórias narradas nos municípios, nota-se a capacidade contextual que o currículo exerce sobre a prática pedagógica, uma vez que documentos são negados por demonstrarem uma espécie de enclausuramento para a inventividade docente. Destaca-se que boa parte das orientações normativas são seguidas apenas a título de registro, documentação e reforço do que se faz ou se pretende fazer na escola.

⁷⁵ Mestre em Educação (UFPB); E-mail: jorgeumbelinosousa@gmail.com

⁷⁶ Doutora em Educação (UFPB); E-mail: anaclaudiacavn@yahoo.com.br

⁷⁷ Doutora em Educação (UFPB); E-mail: angela.educ@gmail.com

DESENVOLVIMENTO

Em uma visão pós-estrutural, as políticas curriculares abrem espaço para o debate em torno das diferenças que atravessam as decisões políticas sobre o que é essencial aprender ou qual conhecimento é considerado legítimo. Portanto, as políticas curriculares localizadas fazem emergir nas bordas e transbordamentos do currículo, as enunciações de diferentes agentes que transpassam a o contexto no qual política pública educacionais ganham corpo, forma, movimento. Esses agentes, marcam representações territoriais, sociais e culturais, permitindo que a noção de saber legítimo seja questionada em suas fronteiras.

A escola como um lugar onde as políticas entram em “ação” é sempre marcada por movimentos políticos no qual o *currere* deve predominar e não uma simples listagem de aprendizagens consideradas essenciais. Por isso, o caminho a ser percorrido na “implementação” de um currículo nunca pode ser visto como linear ou até mesmo vertical. Trata-se de um percurso onde propostas de “currículos locais” são colocadas em pauta, a partir de uma certa premissa nacional que se desmonta pelo viés da resistência e das vias traçadas nos contextos. Dessa forma,

muitos de nós nos perdemos no meio do caminho, mas o caminho – *currere* – não é uma rodovia interestadual. Se tivermos de fato em uma estrada engarrafada, é menos provável que possamos encontrar nosso próprio caminho. (PINAR, 2016, p. 177).

Esses discursos se apresentam no rastro de vozes e *silenciamentos*, permitindo uma certa performance cultural específica. Aqui entra em questão o que Bhabha (1998) denomina de Terceiro Espaço, o qual não se constitui nem como o passado, nem como o presente performático, mas sim como um entre-lugar.

Para entender as políticas curriculares em âmbito municipal como “localizadas”, assumimos dois categorias de análise. A primeira delas é a noção de micropolítica em Ball (1989). O autor procura descrever as relações de poder existentes no âmbito escolar e das escolas com os órgãos de administração da educação. Ressalta que as “mudanças” são reguladas pelas autoridades educativas locais que definem os gestores escolares como os responsáveis para colocar em prática os procedimentos elaborados. Com o objetivo de esboçar um esquema para análise da organização escolar, Ball descreve que as escolas fazem políticas em uma relação com o que se prescreve em âmbito local.

As categorias de análise utilizadas pelo autor para o seu estudo que deriva de dados, a partir de seus estudos de caso, reflete uma concepção alternativa de política que defendemos

neste estudo. Política entendida em seu sentido de “ação”, onde os agentes políticos colocam os textos das políticas em processos de “atuação”, interpretando e traduzindo por meio de estratégias e táticas o que se nomeia como significantes-mestre na produção burocrática, legal ou normativa das disputas no jogo pela definição da política educacional. Por isso, denomina de micropolítica, essas disputas conflituosas que acontecem entre escolas e órgão de gestão da educação em âmbito local, que em uma relação de poder se procura estabelecer o controle e as metas a serem atingidas pelos professores.

Enquanto a segunda categoria que se utiliza nesta pesquisa está associada ao entendimento de Local como entre-lugar. Este conceito formulado por Bhabha (2003), está relacionado à visão e ao modo como grupos subalternos se posicionam frente ao poder e como realizam estratégias de empoderamento. Tais posicionamentos geram entre-lugares onde aparecem com maior nitidez questões de âmbito comunitário, social e político.

O entre-lugar resulta de uma intertextualidade reunida em uma articulação intersubjetiva, contextual e que suas características apresentam o cruzamento de referências, contestações políticas e construção de novas formas de sobrevivência. A invenção criativa dentro da existência só será permitida porque as zonas de contato nas fronteiras sempre permitirão um constante impulso de intervenção no aqui e agora. Esse trabalho fronteiriço que pode levar uma comunidade a perturbar uma ordem posta,

não apenas retorna o passado como causa social ou precedente estético; ele renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998, p.27).

Questiona-se a ideia de uma narrativa homogênea, são diferentes tipos de narrativas, localizadas fora do lugar. São construídas em diálogo com a cartografia simbólica de uma espécie de proposta curricular local, que tentam demonstrar aspectos relativos ao território, neste estudo, de âmbito municipal. Desse modo, certas narrativas de um currículo local podem ser tomadas pelo discurso hegemônico de currículo vigente.

As narrativas aqui estudadas são falas de agentes que em suas subjetividades constroem um tecido de significados para o currículo operacionalizado nas relações micropolíticas. Serão realizadas entrevistas narrativa com os participantes e para tanto, pretende-se entrevistar dois Coordenadores Pedagógicos responsáveis pela “implementação” da BNCC no Município em que atuam. Foi selecionado dois municípios do Estado da Paraíba, localizados na microrregião do brejo, tendo em vista as experiências compartilhadas em suas redes sociais, a partir de uma

pesquisa em sites de busca realizada na internet, bem como por considerarmos essas localidades próximas às experiências de pesquisas já realizadas.

CONCLUSÃO

A pesquisa se compromete em analisar como as políticas curriculares localizadas são planejadas, elaboradas e colocadas em “ação”. Argumenta-se que tais políticas se assentam em um entre-lugar onde se permitem colocar em contato políticas curriculares de diferentes esferas do território mais amplo, propiciando uma investigação pautada na micropolítica de Redes e Sistemas de Ensino.

O esboço da pesquisa segue em articulação com novos referenciais teóricos para compreender como os agentes fazem as políticas acontecerem em seus contextos de criação, apresentando resistência e construindo outros significados, por meio de estratégias e táticas que se apresentam nos atos performativos da política. Assim como também, propõe-se estudar as narrativas desses agentes como histórias de si que representam as tramas de um povo em suas escrituras.

REFERÊNCIAS

PINAR, William. **Estudos curriculares: ensaios selecionados**. São Paulo: Cortez, 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BALL, Stephen J. **La micropolítica de la escuela: hacia una teoría de la organización escolar**. Barcelona: Paidós Ibérica S.A, 1989.